

Supremo Tribunal Federal
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 06.02.98
EMENTÁRIO Nº 1 8 9 7 - 1

20/11/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.438-0 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
IMPETRANTE: ANTONIO DECARO JUNIOR
ADVOGADO: MAURA ANTONIA RORATO DECARO E OUTRO
IMPETRADO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EMENTA: Mandado de segurança.

- São independentes as instâncias penal e administrativa, só repercutindo aquela nesta quando ela se manifesta pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Precedentes do S.T.F.

Mandado de segurança indeferido, cassando-se a liminar concedida.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, indeferir o mandado de segurança, cassando, em consequência, a medida liminar concedida, vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 20 de novembro de 1997.


MOREIRA ALVES - PRESIDENTE E RELATOR



20/11/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.438-0 SÃO PAULO

IMPETRANTE: ANTONIO DECARO JUNIOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - (Relator):**

Assim expõe e aprecia e aprecia o presente mandado de segurança o parecer da Procuradoria-Geral da República de autoria de seu eminente titular:

"Trata-se de mandado de segurança de caráter preventivo, com pedido de liminar, impetrado pelo Delegado de Polícia Federal Antônio Decaro Júnior contra decreto demissório em vias de ser editado pelo Exmo. Senhor Presidente da República.

2. O impetrante figura como investigado no procedimento disciplinar nº 005/93, da Superintendência da Polícia Federal no Estado de São Paulo, instaurado em razão de sua atuação funcional no inquérito policial em que se investigou o episódio conhecido como 'importação de Israel'. Além disso, responde o impetrante a processo penal perante a 4ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, também por condutas supostamente delituosas que teria praticado na condição de delegado de Polícia Federal responsável pelas investigações levadas a cabo naquele apuratório.

3. A amparar o pedido de segurança, sustenta o impetrante, em síntese, que 'embora, ao menos em princípio, as esferas civil, administrativa e criminal sejam independentes entre si, nos casos em que as imputações são coincidentes, vale dizer, decorrentes de um único acontecimento com repercussão a um só tempo nos âmbitos criminal e disciplinar, como se verifica na hipótese em tela, o processo administrativo deve permanecer sobrestado, ao menos quanto à sua decisão final, até o julgamento da Justiça penal, para que não ocorram julgamentos incongruentes, e também por que

nesses casos a jurisdição criminal se sobrepõe e condiciona a instância administrativa, segundo pacífica orientação doutrinária e jurisprudencial.' (fls. 6)

4. Como suporte do argumento de que o ato demissório estaria condicionado ao advento do trânsito em julgado da condenação criminal, invoca o impetrante o julgamento proferido por essa Corte no Mandado de Segurança nº 21.310-8, relatado pelo Ilustre Ministro MARCO AURÉLIO, e cujo Acórdão foi assim ementado:

'SERVIDOR - RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA CÍVEL E PENAL - DEMISSÃO.

Estando o decreto de demissão alicerçado em tipo penal, imprescindível é que haja provimento condenatório trânsito em julgado.

Se de um lado é certo que a jurisprudência sedimentada do Supremo Tribunal Federal indica o caráter autônomo da responsabilidade administrativa, a não depender dos procedimentos cível e penal pertinentes, de outro não menos correto é que, alicerçada a demissão na prática de crime contra a Administração Pública, este há que estar revelado em pronunciamento do Judiciário coberto pelo manto de coisa julgada.' (RTJ 152/475)

5. Despachando nos autos, o Eminentíssimo Ministro CELSO DE MELLO, no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, houve por bem deferir a medida liminar pleiteada pelo impetrante, 'determinando ao Senhor Presidente da República que se abstenha de editar qualquer ato demissório pertinente ao ora impetrante, que guarde relação com o Processo nº 08200.011079/94 (fls. 20), até que, prestadas as informações pelo Chefe do Poder Executivo da União, possa o Relator, a quem a presente causa couber por distribuição, reapreciando todos os elementos existentes nos autos - especialmente aqueles ministrados pelas informações presidenciais -, manter, ou não, o provimento cautelar ora concedido' (fls. 70/71). Após a apresentação das informações pelo Exmo. Sr. Presidente da República (fls. 79/143), a

medida liminar inicialmente deferida foi mantida por Vossa Excelência (fls. 144).

6. Como visto, sustenta-se neste mandado de segurança, essencialmente, a existência de direito certo e líquido do impetrante em somente ver-se excluído dos quadros do serviço público federal, por decreto presidencial demissório, após condenação penal transitada em julgado, uma vez que tanto o procedimento disciplinar, do qual poderá resultar a demissão, como o processo criminal, donde poderá advir a condenação penal, têm por objeto os mesmos fatos, embora se lhes atribua tipificação diversa.

7. Quanto a esse aspecto, afirma o impetrante em sua petição que "pela simples leitura da denúncia oferecida por três Procuradores da República (sic) - (doc. 7), e do seu confronto com o teor do despacho de instrução e indicição levado a efeito a efeito no procedimento disciplinar pela comissão processante (doc. 8), no qual, aliás, a comissão se reporta também à denúncia, observa-se, sem qualquer sombra de dúvida, que os fatos são os mesmos, embora com tipificações diversas, pela simples razão de que no feito criminal o enquadramento teve como base o Código Penal, como é óbvio, e no processo administrativo a classificação obedeceu o disposto no Decreto nº 59.310/66, que regulamentou a Lei nº 59.310/66, Estatuto do Policial Federal" (fls. 10 - grifo nosso).

8. Ora, diante de tais circunstâncias, chega-se à conclusão de que o entendimento preconizado por essa Suprema Corte no julgamento do MS nº 21.310-8, invocado pelo impetrante como a fundamentar seu pedido de segurança, não há que ser tido como paradigma para o caso concreto, por ser diversa a hipótese aqui tratada.

9. Com efeito, no caso concreto cuida-se de procedimento administrativo-disciplinar instaurado com base em supostas violações a deveres funcionais previstas no Estatuto do Policial Federal, de modo que eventual demissão do impetrante não terá como premissa a prática de crime contra a administração pública, mas sim o cometimento de transgressões disciplinares de natureza grave - consideradas inadmissíveis em face das relevantes funções exercidas pelos policiais federais -, as quais são aplicadas a penalidade máxima prevista naquele Estatuto, que é a demissão do serviço público.

10. Os documentos trazidos com a impetração e bem assim os juntados aos autos pela Ilustre Autoridade vista como coatora demonstram que a apuração das condutas imputadas ao impetrante, realizada no âmbito administrativo, teve por consequência a recomendação de demissão por restarem configuradas, na espécie, as infrações capituladas no artigo 364, incisos VIII, XXIX e XLVIII do Decreto 59.310/66, cujo teor é o seguinte:

Art. 364. São transgressões disciplinares:

VIII - praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial;

XXIX - trabalhar mal, intencionalmente ou por negligência;

XLVIII - prevalecer-se, abusivamente, da condição de funcionário policial;

11. Assim, independentemente de os fatos imputados ao impetrante na instância administrativa enquadrarem-se também na definição de crimes contra a Administração Pública, certo é que o ato demissório contra o qual se insurge não se alicerça em tipo penal, mas sim nas infrações disciplinares cometidas na condição de delegado de Polícia Federal, mais especificamente por 'prevalecer-se, abusivamente, da condição de funcionário policial', conforme consta da minuta de Decreto demissório, já assinada pelo Ministro da Justiça, e que acompanha a petição inicial do mandamus (fls. 20).

12. Em verdade, tendo por base o pronunciamento dessa Egrégia Corte Suprema no julgamento do MS nº 21.310-8, pode-se afirmar que somente nos casos em que o Decreto demissório tem como fundamentação explícita a prática de delito penal - crime contra a Administração Pública - a validade do ato fica vinculada à idoneidade jurídica de tal motivação, apenas revelada com o advento da condenação penal transitada em julgado, pois o contrário resulta em indevida antecipação, por parte da Administração, de julgamento de competência do

Poder Judiciário. Tratando-se, por outro lado, de demissão motivada por violação de deveres funcionais, ainda que por fatos cuja realização eventualmente também configurem delitos penais, a imposição de punição disciplinar independe de prévia decisão na esfera criminal.

13. A solução do presente caso, portanto, é no sentido da inexistência do direito líquido e certo invocado pelo impetrante, eis que a penalidade de demissão a ser eventualmente aplicada, como restou demonstrado, não se alicerçará na prática de crime contra a Administração Pública, mas, caso venha a ser efetivada, terá por fundamento a prática de atos que caracterizam **transgressão disciplinar de natureza grave**. Prevalece, na hipótese, a orientação, já consagrada na Suprema Corte e não superada pelo Acórdão referido na impetração, no sentido da **independência das sanções administrativa e penal**. Nesse sentido, são vários os Acórdãos proferidos pelo Plenário dessa Suprema Corte (Cfr. MS nº 21.029, Relator Ministro CELSO DE MELLO, e MS nº 21.332, Relator Ministro NÉRI DA SILVEIRA - DJU de 07/05/93), destacando-se, mais recentemente, o Aresto decorrente de decisão unânime do Colendo Tribunal Pleno, no Mandado de Segurança nº 21.705, de que foi relator o Ilustre Ministro MAURÍCIO CORRÊA, e cuja ementa é a seguinte:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO - DEMISSÃO APÓS PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. LEGALIDADE DA PUNIÇÃO, APLICAÇÃO DO ART. 41, PAR. 1., DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ART. 132, I, IV, X E XI, DA LEI 8.112/90.

1. A materialidade e autoria dos fatos ilícitos deverão ser apurados em processo administrativo disciplinar regular, assegurando ao imputado a ampla defesa e o contraditório.

2. A Administração deverá aplicar ao servidor comprovadamente faltoso a penalidade cabível, na forma do artigo 41, par. 1., da Constituição Federal c/c o art. 132, I, IV, X e XI, da Lei n. 8.112/90.

3. Inexistência de agressão a direito líquido e certo do impetrante, uma vez que as decisões estão em perfeita consonância com a norma legal aplicada.

4. A ausência de decisão judicial com trânsito em julgado não torna nulo o ato demissório, pois a aplicação da pena disciplinar ou administrativa independe da conclusão dos processos civis e penais, eventualmente instaurados em razão dos mesmos fatos.

5. Segurança indeferida.' (DJU 16-04-96 - grifo nosso)

14. Pelas razões aduzidas, manifesta-se o Ministério Público Federal pelo indeferimento do mandado de segurança." (fls. 146/151)

Acrescento que o despacho do eminente Ministro Celso de Mello que concedeu a liminar tem o teor seguinte:

"Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, preventivamente impetrado contra possível edição, pelo Presidente da República, de decreto veiculador da pena de demissão a ser eventualmente imposta ao ora impetrante, que é Delegado de Polícia Federal.

Sustenta-se, na presente sede mandamental, que o ora impetrante - que sofre persecução penal promovida perante a Justiça Federal de primeira instância - Seção Judiciária de São Paulo (fls. 36/57), pela suposta prática dos crimes de corrupção passiva (CP, art. 317, § 2º), prevaricação (CP, art. 319), corrupção ativa de perito (CP, art. 343, parágrafo único) e fraude processual (CP, art. 347, parágrafo único) -, estaria na iminência de ser demitido do serviço público da União, por fatos ainda não apreciados pelo Poder Judiciário no âmbito do processo penal condenatório em questão, circunstância esta que justificaria, ante a absoluta identidade dos fatos e a alegada inexistência de qualquer resíduo administrativo,

a suspensão prejudicial do procedimento disciplinar, até o trânsito em julgado da decisão a ser proferida naquela ação penal ajuizada pelo Ministério Público.

O impetrante pretende, liminarmente, que esta Suprema Corte determine ao Senhor Presidente da República que se abstenha, até final julgamento do presente writ, de editar o ato veicular da sanção demissória (fls. 13).

Passo a analisar a postulação de ordem cautelar deduzida pelo autor da presente ação mandamental.

A lei reclama, para a concessão do provimento liminar, que, do comportamento questionado em sede mandamental, possa 'resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida' (Lei n. 1.533/51, art. 7º, n. II).

O deferimento da medida liminar, que resulta do concreto exercício do poder cautelar geral outorgado aos juízes e Tribunais, qualifica-se pela nota da excepcionalidade. E só se justifica em face de situações que se ajustem aos pressupostos referidos no art. 7º, n. II, da Lei n. 1.533/51: (a) a existência de plausibilidade jurídica (*fumus boni juris*) e (b) a possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

Sem que concorram esses dois requisitos - que são necessários, essenciais e insuprimíveis -, não se legitima a concessão da medida liminar.

Nesse sentido - impende observar - orienta-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

'A liminar, em mandado de segurança, pressupõe a ocorrência dos dois requisitos previstos no art. 7º, II, da Lei 1.533, de 31/12/1951. Verificado, apenas, o primeiro, não é de se conceder a medida liminar.' (RTJ 91/67, Rel. Min. CORDEIRO GUERRA)

'Mandado de segurança. Liminar. Embora esta medida tenha caráter cautelar, os motivos para a sua concessão estão especificados no art. 7º, II da Lei nº 1.533/51, a saber: a) relevância do fundamento da impetração; b) que do ato

impugnado possa resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida a segurança.

Não concorrendo estes dois requisitos, deve ser denegada a liminar.'

(RTJ 112/140, Rel. Min. ALFREDO BUZAID)

Tenho para mim que se evidencia, no caso, a ocorrência de inequívoca situação configuradora de potencialidade danosa ao direito invocado pelo autor da presente ação mandamental, eis que se revela iminente a concreta manifestação, pelo Senhor Presidente da República, da prerrogativa censória que lhe assiste, em tema de direito disciplinar, no âmbito institucional do Poder Executivo da União (fls. 20/22).

A eventual demissão do ora impetrante, ao gerar o seu desligamento punitivo dos quadros da Administração Pública, consequências no plano de sua subsistência pessoal, eis que o ato demissório - rompendo os vínculos de natureza funcional - importará na imediata cessação do pagamento da remuneração a ele devida pela União Federal.

Presente esse contexto, impõe-se enfatizar, na linha do melhor magistério doutrinário, que a remuneração devida ao servidor público reveste-se de caráter alimentar (HELY LOPES MEIRELLES, 'Direito Administrativo Brasileiro', p. 401, 17ª ed., 1992, Malheiros). Essa especial natureza jurídica que tipifica o estipêndio funcional permite, por isso mesmo, qualificá-lo como dívida de valor.

A natureza essencialmente alimentar dos vencimentos funcionais tem sido iterativamente reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 110/709 - RTJ 117/1335), inclusive por aquela que se formou sob a égide do vigente ordenamento constitucional (RTJ 136/1351 - RTJ 139/364-368 - RTJ 139/1009 - RTJ 141/319 - RTJ 142/942).

Vê-se, desse modo, que o requisito do *periculum in mora*, com todo o seu cortejo de graves consequências, acha-se plenamente configurado na espécie destes autos.

Impõe-se verificar, de outro lado, se igualmente concorre, no presente caso, o pressuposto necessário do *fumus boni juris*.

Pessoalmente, entendo, na linha de diversas decisões que pronunciei neste Supremo Tribunal Federal, que o exercício do poder disciplinar pelo Estado não está sujeito ao prévio encerramento da *persecutio criminis* que venha a ser instaurada contra o servidor público perante órgão competente do Poder Judiciário.

Na realidade, as sanções penais e administrativas, qualificando-se como respostas autônomas do Estado à prática de atos ilícitos cometidos pelos servidores públicos, não se condicionam reciprocamente, tornando-se possível, em consequência, a imposição da punição disciplinar independentemente de prévia decisão da instância penal. Com a só exceção do reconhecimento judicial da inexistência de autoria ou da inocorrência material do próprio fato, ou, ainda, da configuração das causas de justificação penal, as decisões do Poder Judiciário não condicionam o pronunciamento censório da Administração Pública (MS n. 21.029-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno).

Essa autonomia das sanções administrativas e penais, associada à independência das respectivas instâncias, tem levado a doutrina e a jurisprudência dos Tribunais a reconhecerem que o exercício do poder disciplinar pelo Estado não está sujeito à prévia conclusão da *persecutio criminis* promovida pelo Ministério Público perante os órgãos do Poder Judiciário.

Dá a advertência de HELY LOPES MEIRELLES (*'Direito Administrativo Brasileiro'*, p. 414, 17ª ed., 1992, Malheiros), que, ao versar o tema da responsabilidade administrativa dos agentes estatais, observa:

'A punição administrativa ou disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeite também o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração a aguardar o desfecho dos demais processos. Apurada a falta funcional, pelos meios adequados (processo administrativo, sindicância ou meio sumário), o servidor fica sujeito, desde logo, à penalidade administrativa correspondente.'

MS 22.438-0 SP *Supremo Tribunal Federal*

A punição interna, autônoma que é, pode ser aplicada ao servidor antes do julgamento judicial do mesmo fato. E assim é porque, como já vimos, o ilícito administrativo independe do ilícito penal. Absolvição criminal só afastará o ato punitivo se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato ou que o acusado não foi seu autor.' (grifei)

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao refletir esse magistério da doutrina, tem proclamado a autonomia das instâncias e a independência das responsabilidades emergentes da violação, pelo servidor público, dos seus deveres funcionais, enfatizando que 'A Administração pode, mediante processo administrativo, demitir o funcionário antes do pronunciamento da Justiça sobre a imputação de crime a ele feita' (RT 302/747, Rel. Min. VILLAS BOAS - RT 227/586, Rel. Min. LUIZ GALLOTTI - RTJ 71/761, Rel. Min. OSWALDO TRIGUEIRO).

Impõe-se destacar, por necessário, que essa orientação jurisprudencial já foi reafirmada, por mais de uma vez (MS 21.029-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno), sob a égide da vigente Constituição republicana:

'Mandado de Segurança. Servidor policial. Demissão por se ter prevalectido da condição de policial. O ato de demissão, após processo administrativo, não está na dependência da conclusão de processo criminal a que submetido o servidor, por crime contra a administração pública. Independência das instâncias. Constituição, art. 41, § 1º. Transgressões disciplinares de natureza grave. Mandado de segurança indeferido." (MS 21.331-DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, DJU de 07/05/93 - grifei)

Todas essas razões levar-me-iam a não reconhecer, no caso presente, a configuração da plausibilidade jurídica da tese sustentada pelo impetrante e, em consequência, instar-me-iam a indeferir a postulada concessão da medida liminar.

MS 22.438-0 SP *Supremo Tribunal Federal*

Ocorre, no entanto, que não posso desconsiderar - especialmente agindo no exercício de uma competência monocrática - a decisão emanada do Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS nº 21.310-DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, ocasião em que esta Corte assim se manifestou:

"SERVIDOR - RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA CÍVEL E PENAL - DEMISSÃO. Estando o decreto de demissão alicerçado em tipo penal, imprescindível é que haja provimento condenatório trânsito em julgado. Se de um lado é certo que a jurisprudência sedimentada do Supremo Tribunal Federal indica o caráter autônomo da responsabilidade administrativa, a não depender dos procedimentos cível e penal pertinentes, de outro não menos correto é que, alicerçada a demissão na prática de crime contra a administração pública, este há que estar revelado em pronunciamento do Judiciário coberto pelo manto de coisa julgada".

Sendo assim, tendo presentes as razões ora expostas, defiro a medida liminar pleiteada, determinando ao Senhor Presidente da República que se abstenha de editar qualquer ato demissório pertinente ao ora impetrante, que guarde relação com o Processo n. 08200.011079/94 (fls. 20), até que, prestadas as informações pelo Chefe do Poder Executivo da União, possa o Relator, a quem a presente causa couber por distribuição, reapreciando todos os elementos existentes nos autos - especialmente aqueles ministrados pelas informações presidenciais -, manter, ou não, o provimento cautelar ora concedido.

Comunique-se, com urgência.

2. Requisite-se informações à autoridade apontada como coatora.

Publique-se." (fls. 67/71).

É o relatório.

V O T O



O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - (Relator):

1. Não tem razão o impetrante.

Com efeito, não há dúvida de que são independentes as instâncias penal e administrativa, só repercutindo aquela nesta quando ela se manifesta pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Assim, a Administração Pública, para punir por falta disciplinar que também pode configurar crime, não está obrigada a esperar a decisão judicial, até porque ela não pune pela prática de crime, por não ter competência para impor sanção penal, mas pela ocorrência de infração administrativa que pode, também, ser enquadrada como delito.

Por outro lado, e em razão mesmo dessa independência de instâncias, o princípio constitucional de que "ninguém será considerado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (art. 5º, LVII, da Constituição) não se aplica ao âmbito administrativo para impedir que a infração administrativa, que possa também caracterizar crime, seja apurada e punida antes do desfecho do processo criminal.

Nesse sentido a jurisprudência predominante desta Corte, como se vê, a título exemplificativo, dos seguintes precedentes:

MS 21.113, MS 21.321, MS 21.330, MS 21.331, MS 21.545, MS 21.301,
MS 21.705 e MS 22.540 (estes dois últimos julgados,
respectivamente, em 16.04.96 e 09.05.97).

2. Em face do exposto, indefiro o presente mandado de
segurança, cassando-se, em consequência, a liminar concedida.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Jof' or similar, located to the right of the text in paragraph 2.

20/11/97

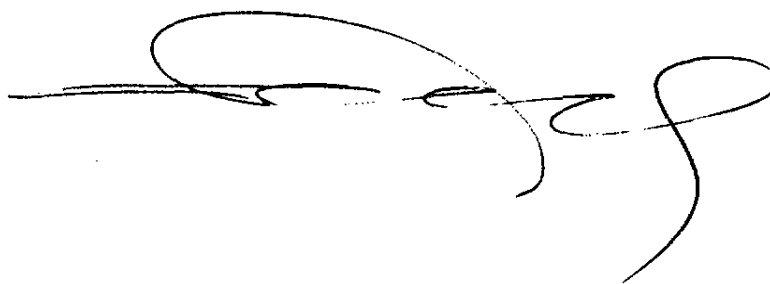
PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.438-0 SÃO PAULO

VOTO

O SR. MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA - Sr. Presidente, tenho seguido a orientação jurisprudencial da Corte que estabelece a distinção entre as duas instâncias: a administrativa e a penal.

Tendo-me filiado a essa corrente e na esteira dos pronunciamentos deste Tribunal, inclusive na do Mandado de Segurança 21.715, julgado em 16.04.96, de que fui Relator, meu voto acompanha o de V. Exa, Ministro-Relator, indeferindo o mandado de segurança.

A handwritten signature in black ink, likely belonging to Ministro Mauricio Corrêa, consisting of a series of fluid, connected strokes.

20/11/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.438-0 SÃO PAULOV O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, vou pedir vênica para manter-me coerente com o que sustentei em voto proferido no Mandado de Segurança nº 21.310, de que fui Relator.

Na espécie, tivemos procedimentos do Impetrante apanhados para enquadramento em fatos típicos previstos, como infrações administrativas, no decreto de regência - Decreto 59.310, de 23 de setembro de 1966, que regulamentou a Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965 -, ou seja, os mesmos fatos que estariam a consubstanciar crime contra a administração pública foram tidos para enquadrar-se o procedimento, como anunciou V. Exa, nos incisos VIII, XXIX e XLVIII do artigo 364 do citado Decreto.

No inciso VIII alude-se à prática de "ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial". Esse ato praticado pelo Impetrante seria também o que viabilizou a propositura de ação penal contra ele.

É certo que temos preceito polivalente - classifico assim o inciso XXIX - que revela:

"XXIX - trabalhar mal, intencionalmente ou por negligência;"

MS 22.438-0 SP

Todavia, o fato é único e a nomenclatura de enquadramento quanto ao inciso XXIX, em si, apanha qualquer ato que discrepe das atividades inerentes ao cargo.

Por último, temos o inciso XLVIII:

"XLVIII - prevalecer-se, abusivamente, da condição de funcionário policial;"

Ele teria se prevalecido dessa condição para exigir numerário.

Por isso, penso que aí se corre o risco de chegar-se, posteriormente, até mesmo à absolvição do Impetrante, no processo criminal, já tendo ele sido apenado administrativamente pelos mesmos fatos.

Creio que há coincidência nas imputações feitas e, assim, peço vênias para entender que o processo administrativo deve permanecer sobrestado, aguardando-se a conclusão do juiz natural quanto à imputação feita ao Impetrante, que configura, repito, fato típico penal.

Concedo a ordem.

20/11/97

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.438-0 SÃO PAULO**V O T O**

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Sr. Presidente, no Mandado de Segurança 21.294, tomei posição na questão, e procurei mostrar que, mesmo quando a demissão se fundasse no art. 207, I, da Lei 1.711, a alusão a crime contra a administração era uma forma de dizer que a infração administrativa se configurava com os mesmos elementos típicos do crime, mas seguia sendo — dada a sanção administrativa cominada — uma infração administrativa e não penal: por isso a demissão não ficava condicionada à prévia condenação criminal. E assim tenho votado.

Faço, apenas, uma observação quanto ao Mandado de Segurança 21.310. A ementa é absolutamente fiel ao voto do Ministro Marco Aurélio. Proferi voto-vista naquele caso e acompanhei S. Exa., não por este fundamento, mas por irregularidades do processo: o funcionário fora demitido por imputação diversa da inicial e a pretexto da comissão de um crime que não poderia ter cometido, por falta de qualificação funcional: facilitação de contrabando, crime próprio do funcionário que tem função policial de repressão ao contrabando e se tratava, no caso, de um técnico de censura da Polícia Federal. Por isso acompanhei a conclusão do voto do Sr.

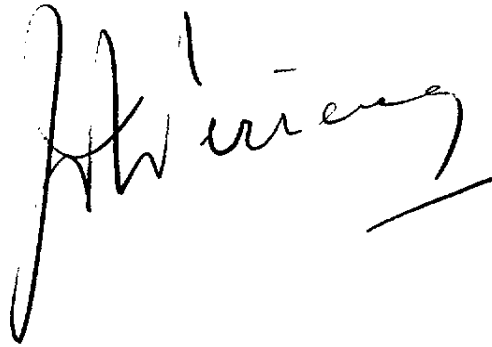


MS 22438-0 -SP

Ministro Marco Aurélio, mas não a tese resumida na ementa, que é a do voto de S.Exa.

Peço vênia, portanto, ao Ministro Marco Aurélio e indefiro o mandado de segurança.

CR/

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'H. M. A.', with a horizontal line underneath.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.438-0

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES

IMPTE. : ANTONIO DECARO JUNIOR

ADV. : MAURA ANTONIA RORATO DECARO E OUTRO

IMPDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decisão : O Tribunal, por maioria de votos, indeferiu o mandado de segurança, cassando, em consequência, a medida liminar concedida, vencido o Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, Presidente, e, neste julgamento, os Ministros Sydney Sanches e Carlos Velloso. Presidiu o julgamento o Ministro Moreira Alves (RISTF, art. 37, I). Plenário, 20.11.97.

Presidência do Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.


Luiz Tomimatsu
Secretário